

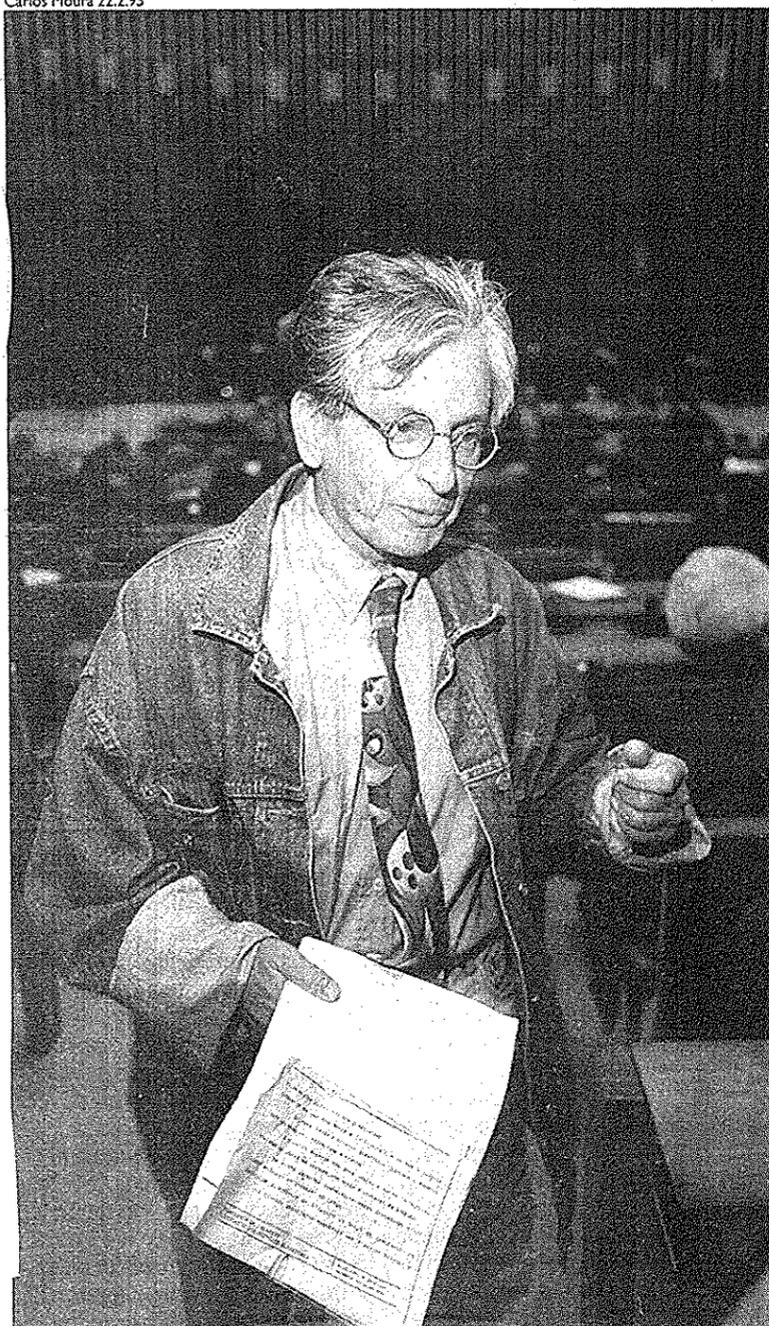
Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: CB

Data: 23/11/97 Pg. 13

Class. 66



Fernando Gabeira: "Procurei ouvir os grupos e harmonizar os interesses"

Deputado do Partido Verde é novo alvo de ecologistas

Representante do PV na Câmara, Fernando Gabeira enfrenta a ira de ambientalistas por defender a presença do homem nas reservas

Warner Bento Filho
Da equipe do Correio

Os verdes estão em pé de guerra. Motivo: o homem branco. Pivô da crise: o deputado Fernando Gabeira (RJ), único representante do Partido Verde na Câmara dos Deputados.

A revolta dos verdes explodiu nessa quinta-feira, no encerramento do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba (PR). Os cerca de 600 participantes aprovaram uma moção de repúdio ao deputado verde.

Gabeira é o relator do projeto do governo federal que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As unidades de conservação são os parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e reservas extrativistas, por exemplo, que ocupam cerca de 5% do território brasileiro.

A acusação é a de que Gabeira distorceu os objetivos do projeto e quer usar as unidades de conservação para a reforma agrária. A moção deve ser encaminhada esta semana ao presidente Fernando Henrique e aos presidentes da Câmara, Michel Te-

mer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

"Queremos a suspensão da tramitação desse parecer, feito de forma irresponsável", protesta o coordenador do encontro, o engenheiro florestal Miguel Milano, professor da Universidade Federal do Paraná e diretor técnico da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

HOMENS FORA

Milano e o grupo de ambientalistas que participou do Congresso defendem que as unidades de preservação de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) sejam vetadas a seres humanos.

"A presença humana nessas áreas implica em alterações nos ecossistemas e uma série de problemas. Coloca em risco a segurança do país do ponto de vista da conservação da biodiversidade. Devem existir espaços do território nacional sem a presença de população humana, para que as coisas aconteçam naturalmente, evoluindo ou se extinguindo", defende Milano.

O entendimento é que toda a presença humana deve ser varrida dessas áreas de conservação, mesmo que es-

tejam lá há 20 anos ou mais. "Quando vai se construir uma barragem ou uma estrada, essas famílias são indenizadas e retiradas. Quando se quer conservar, a regra não vale?", questiona.

O substitutivo de Gabeira abre espaço para que pessoas que já estão instaladas possam permanecer no lugar, como forma de ajudar a cuidar destas áreas.

MÃOS VERDES

Segundo Milano, o projeto original foi discutido de 1988 a 1992, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que reúne representantes do governo e da sociedade e é a instância máxima de decisão do Ministério do Meio Ambiente. O projeto, diz, já estava maduro, pronto para a aprovação, antes de cair nas mãos do verde Gabeira.

"Depois de certo consenso, o texto foi encaminhado ao Congresso pelo governo. Está tramitando lá desde 1992 e tem sido sistematicamente piorado por interesses políticos", acusa.

Mas as críticas de Milano e seus companheiros não são unanimidade entre os ambientalistas. Organizações como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) assinam embaixo do substitutivo de Gabeira.

"A visão moderna da conservação ambiental não exclui o homem. Não podemos manter posição ana-

crônica de 40 ou 50 anos atrás", defende o diretor executivo do WWF, Garo Batmanian.

A idéia, segundo ele, não é que haja gente vivendo em todos os parques, mas também é descartada a simples expulsão dos moradores. "Se esta gente for expulsa, pode ir morar do lado de fora do parque e voltar para caçar, ao passo que se os moradores ficam, podem ser treinados para trabalhar como guias turísticos, vender artesanato e desenvolver outras atividades. Dessa maneira, a sociedade local passa a ter interesse na conservação do parque", diz.

Esta fórmula já funciona com sucesso em parques como o da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, a 290 quilômetros de Brasília.

Gabeira conta que tentou harmonizar interesses absolutamente opostos. "Havia um lado antropocêntrico e outro ecologicamente radical. O texto é no sentido de equilibrar esses pontos de vista", diz.

O projeto, já aprovado na Comissão de Meio Ambiente, está pronto para ser votado no plenário. Mas o governo não tem interesse em aprovar o texto atual: a equipe econômica faz restrições aos gastos com as desapropriações.

Com isso, pelo menos por enquanto, não há vencedores entre os grupos verdes. Quem continua com vantagem são os maduros que mandam no dinheiro.